



# **CONTA DE GERÊNCIA**

**DE 1 DE JANEIRO DE 2017 A 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

---

**SERVIÇO REGIONAL PROTEÇÃO CIVIL E  
BOMBEIROS DOS AÇORES**

## **RELATÓRIO DE GESTÃO**

**Angra do Heroísmo, abril de 2018**



## Relatório de Gestão de 2017

### 1. Introdução e considerações gerais

A estrutura orgânica do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores (SRPCBA) foi reformulada pelo Decreto Legislativo Regional n.º 7/99/A, de 19 de março, com as alterações introduzidas pelos Decretos Legislativos Regionais n.º 25/2000/A, de 9 de agosto, n.º 15/2002/A, de 30 de abril e 39/2006/A, de 31 de outubro. O Decreto Regulamentar Regional n.º 24/2003/A, de 7 de agosto, aprovou a respetiva orgânica e quadro de pessoal, reformulada pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 11/2007/A, de 23 Abril.

Os diplomas mencionados consideram atribuições do SRPCBA “orientar, coordenar e fiscalizar, a nível da Região Autónoma dos Açores, as atividades de proteção civil e dos corpos de bombeiros, bem como assegurar o funcionamento de um sistema de transporte terrestre de emergência médica, de forma a garantir, aos sinistrados ou vítimas de doença súbita, a pronta e correta prestação de cuidados de saúde”.

A orgânica do SRPCBA compreende três serviços centrais: a Direção de Serviços de Planeamento e Operações (DSPO), que engloba a Divisão de Planeamento, Operações e Avaliação de Riscos (DPOAR) e a Divisão de Prevenção, Formação e Sensibilização (DPFS), onde se concentram todas as áreas respeitantes às funções primárias de proteção civil; a Inspeção de Bombeiros (IB), englobando a Divisão de Socorro e Equipamento (DSE) e a Divisão de Segurança Contra Incêndios (DSCI), que desenvolvem a atividade de inspeção sobre os corpos de bombeiros e a orientação e coordenação técnica dos mesmos; o Serviço de Apoio Geral (SAG), que engloba a Secção Administrativa e Financeira (SAF) e articula-se funcionalmente com os serviços de apoio técnico e de apoio instrumental da secretaria regional que tutela o SRPCBA.

Do ponto de vista jurídico, trata-se de um serviço “dotado de personalidade jurídica, de autonomia administrativa e financeira e de património próprio”.



*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten initials]*  
*[Handwritten word: Gestão]*

A nível contabilístico, o SRPCBA rege-se pelo Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP), regulamentado pelo Decreto-Lei n.º 232/97, de 3 de setembro.

A implementação do sistema integrado de gestão financeira e orçamental foi consolidada com a introdução da aplicação GeRFiP – Gestão de Recursos Financeiros Partilhada.

Embora não exista um manual de procedimentos contabilísticos organizado, foi seguido um conjunto de procedimentos, critérios e regras que garantem a execução da contabilidade de forma rigorosa, criteriosa e isenta de erros materiais, de acordo com as normas aplicáveis.

Os documentos de suporte ao registo das operações contabilísticas estão arquivados da seguinte forma:

- Despesas – por processo, o qual integra o n.º de processo de despesa, a informação de cabimento, a autorização da despesa, o n.º de compromisso, a nota de encomenda (quando aplicável), o documento comprovativo da despesa (fatura ou documento equivalente), o pedido de autorização de pagamento (PAP), o ofício comprovativo da transferência bancária efetuada e o recibo enviado pelo fornecedor. Estes processos estão arquivados por ordem sequencial de acordo com o n.º da autorização da despesa.
- Pagamentos – Os documentos comprovativos dos pagamentos estão arquivados cronologicamente e anexados ao processo de despesa.

O sistema informático é um sistema de gestão financeira e contabilística em que os movimentos contabilísticos e patrimoniais são gerados à medida que as tarefas e as operações inerentes à execução orçamental são executadas.

Este processo é desenvolvido de modo a ter em conta um sistema de equivalências e ligações entre a classificação económica das despesas e das receitas públicas e o código de contas previsto no POCP.



## 2. Atividades desenvolvidas em 2017

Neste ponto sintetizam-se as atividades mais relevantes desenvolvidas nas diversas valências do SRPCBA, de acordo com o respetivo relatório de atividades.

### Divisão de Segurança Contra Incêndios (DSCI)

Relativamente às atividades decorrentes das competências atribuídas à DSCI através da orgânica do SRPCBA, nomeadamente, a verificação das medidas de segurança contra incêndio em edifícios, a DSCI procedeu à emissão de pareceres bem como à realização de vistorias, inspeções e fiscalizações.

No que respeita ao volume de pareceres emitidos, apresentam-se na figura n.º 1, sendo que as consultas incidem, como seria de esperar, sobre os projetos de SCIE e as MAP's. O número total de pareceres emitidos foi de 372.

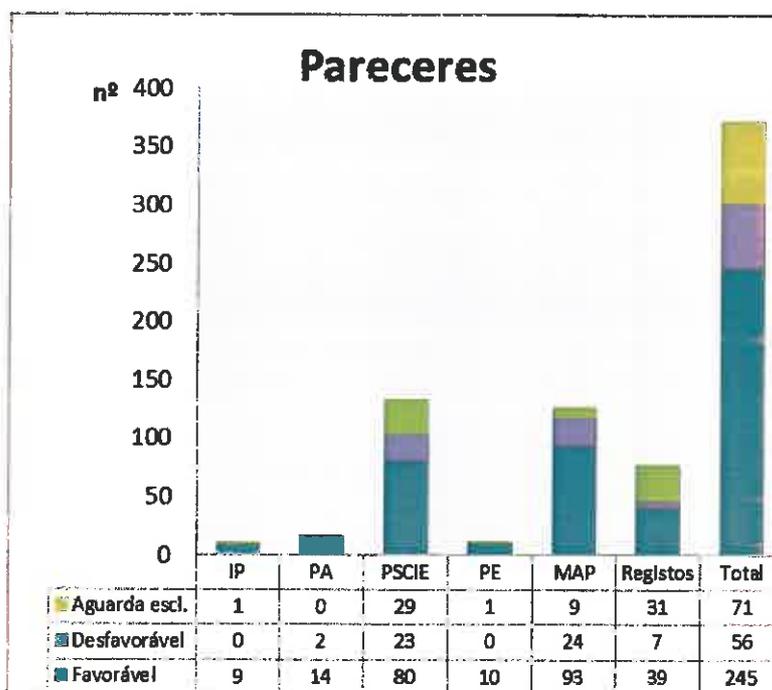


Figura n.º 1: Número de pareceres emitidos pela DSCI.

Da análise do gráfico apresentado na figura n.º 1, é possível verificar que 34% dos pareceres são negativos ou carecem de esclarecimentos, o que demonstra a necessidade de aferição dos critérios técnicos regulamentares de SCIE por parte do SRPCBA.

Os serviços externos da DSCI são as vistorias, inspeções regulares e extraordinárias e as fiscalizações, apresentando-se o número de ações efetuadas em 2017 na figura abaixo. O número total de **serviços externos foi de 88 ações.**

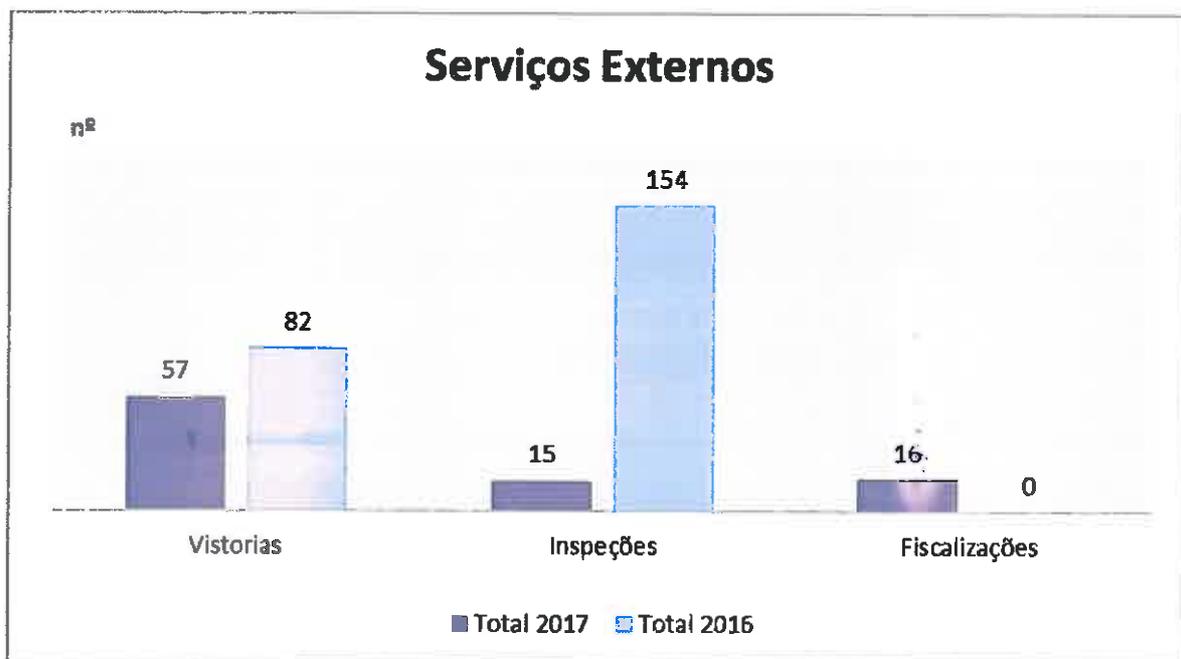


Figura n.º 2: Serviços Externos da DSCI.

No que concerne aos prazos de resposta apresentados na figura n.º 3, verifica-se que estes cumprem em larga medida os prazos legalmente estipulados, sendo a **média aproximada de 5 dias úteis.**



*[Handwritten signatures and initials]*

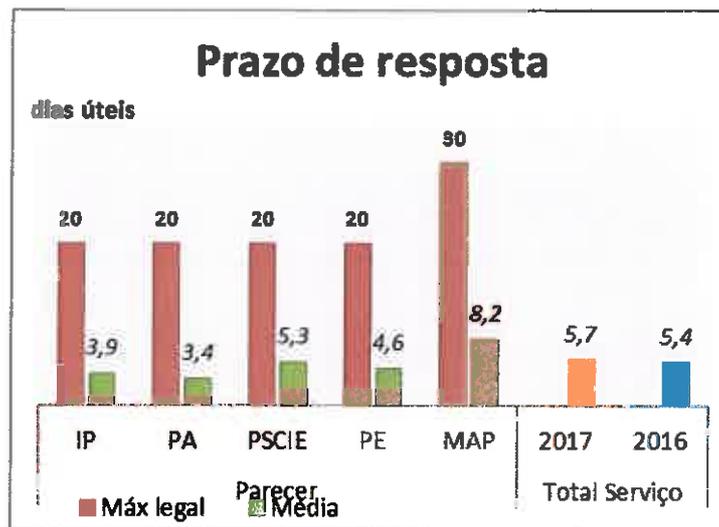


Figura n.º 3: Prazos de resposta relativa aos tipos de consulta efetuados.

O número total de **consultas à DSCI foi de 404 entradas**, divididas em cada categoria e pelos diferentes “clientes” da DSCI, como plasmado no gráfico da figura n.º 4.

Importa referir que as consultas por parte direta dos requerentes incidem praticamente em exclusivo sobre o registo de entidades de acordo com o preconizado no artigo 23º do RJSCIE-RAA e sobre as MAP’s, nos termos do artigo 24º do mesmo diploma.

Por outro lado, as Câmaras Municipais, enquanto entidades licenciadoras no âmbito das obras particulares, mantêm a consulta a este SRPCBA no âmbito dos PSCIE, aspeto primordial, como se acima referido na sequência da análise da figura n.º 1.



*[Handwritten signatures and initials]*

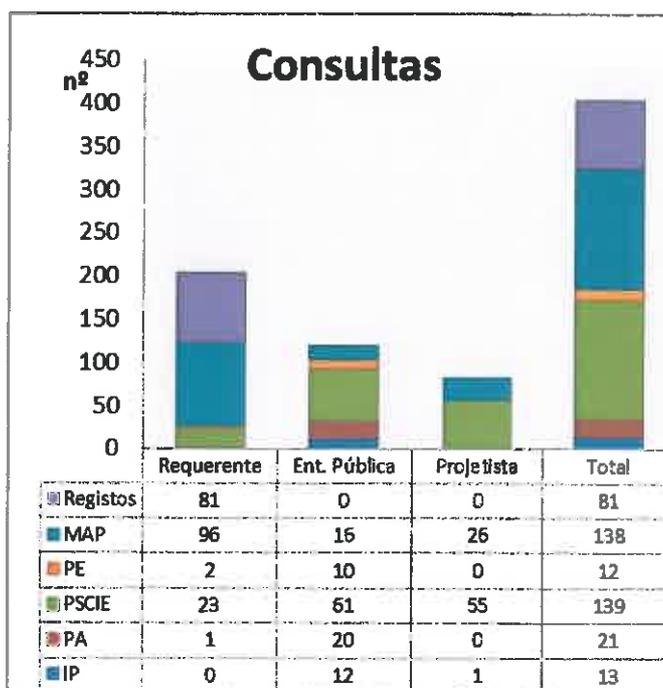


Figura n.º 4: Consultas efetuadas à DSCI.

O registo de entidades que comercializem, instalem e/ou efetuem ações de manutenção em sistemas e equipamentos de SCIE rege-se pela legislação acima mencionada, sendo que, atualmente estão registadas **65 empresas** no SRPCBA e foram acreditados **142 técnicos** para essas empresas. A respetiva listagem encontra-se no portal do SRPCBA.

A figura n.º 5 diferencia as consultas à DSCI por Concelho. Neste gráfico é possível verificar que o Concelho de Ponta Delgada tem um maior volume de consultas, seguido de Angra do Heroísmo, Praia da Vitória e Ribeira Grande.



*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

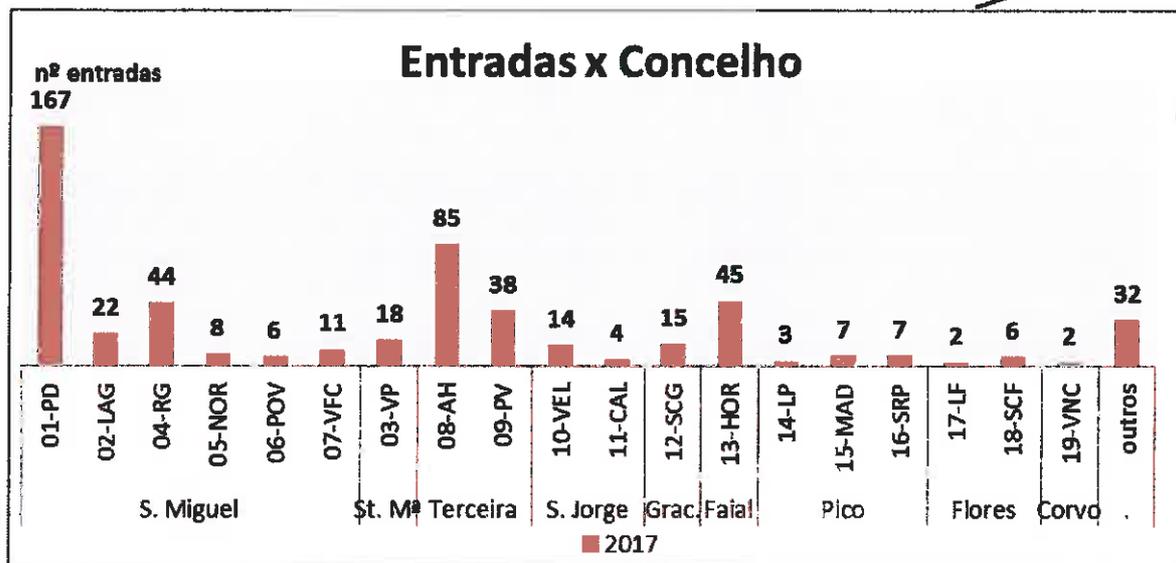


Figura n.º 5: Consultas efetuadas à DSCI, por Concelho.

O custo afetado às deslocações para a realização das vistorias e inspeções foi de 683.47 Euros em ajudas de custo e 5099.29 Euros em viagens e 1663.00 Euros em estadias, perfazendo um total de **7445.76 Euros**.

Para efeitos de análise comparativa da evolução do número de vistorias e inspeções e respetivos custos, apresenta-se a Tabela n.º 2.

Tabela n.º 2: Quadro comparativo de despesas.

Ano	N.º de vistorias + inspeções + fiscalizações	Despesas associadas (Euros)	Despesa média unitária (Euros)
2011	73+5	5 548.03	71.13
2012	76+6	5 745.85	70.07
2013	100+5	6 011.04	57.25

A PROTEÇÃO CIVIL COMEÇA EM SI



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Secretaria Regional da Saúde  
SERVIÇO REGIONAL DE PROTEÇÃO CIVIL E BOMBEIROS DOS AÇORES

2014	46+8	7 057.32	130.69
2015	46+17	5 722.45	90.83
2016	74+154	10 602.46	46.50
2017	57+15+16	7 445.76	84.61

Analisando a evolução dos valores apresentados é possível verificar que no último ano a média do custo das vistorias, inspeções e fiscalizações aumentou relativamente ao ano 2016, no entanto o valor de 2016 foi atípico uma vez que este foi excepcional em termos do número de inspeções que foram realizadas, designadamente na sequência da Resolução da ALRAA concernente aos estabelecimentos escolares.

Importa salientar que nas inspeções e fiscalizações devem estar presentes dois elementos do SRPCBA para efeitos de inclusão das assinaturas no respetivo relatório, o que afeta significativamente os custos destas.

No agendamento das deslocações, é efetuada uma otimização dos recursos com o intuito de rentabilizar as viagens. Salienta-se que as solicitações de reuniões nas outras ilhas dos Açores são igualmente atendidas nessas deslocações.

Considera-se relevante mencionar nesta fase do presente documento, que, a nível nacional, existe uma portaria que estabelece o valor das taxas a cobrar pelos serviços de SCIE, sendo que nos Açores, esta legislação nunca foi considerada, apesar de preconizada no artigo 30º do RJSCIE-RAA.

A PROTEÇÃO CIVIL COMEÇA EM SI



*[Handwritten signatures and initials]*  
Gesto

Portanto, as verbas associadas às taxas cobradas pelos serviços em matéria de SCIE permitiria suportarem as despesas associadas às deslocações necessárias para assegurar o cumprimento dos requisitos legais do RJSCIE nos Açores.

As taxas cobradas pelos serviços de SCIE a nível nacional são indexadas às áreas, sendo o valor mínimo a cobrar aproximadamente de 100 euros. Assim, face aos números de pareceres, vistorias e inspeções realizadas, se considerarmos esse valor mínimo apenas como referência, **as receitas afetas às atividades da DSCI seriam de sensivelmente 35 500 Euros.**

No ano 2017, promoveu-se a contabilização do número de solicitações a que a DSCI é sujeita, tendo-se registados **568 pedidos de esclarecimento** (mais 196 que em 2016, o que representa mais 53%), telefonicamente, por correio eletrónico e presencialmente. Uma vez que, na maioria dos casos, se regista o tempo que cada solicitação exige, o tempo que os elementos da DSCI utilizaram para atender os requerentes fez um total de aproximadamente **23 dias úteis**, como se pode observar na figura abaixo.

**De referir que este valor implicaria a afetação de um elemento da DSCI durante um mês para efeitos de atendimento ao público**, salientando-se a pertinência do horário de atendimento ao público estabelecido.



*[Handwritten signatures and initials]*  
Gesta

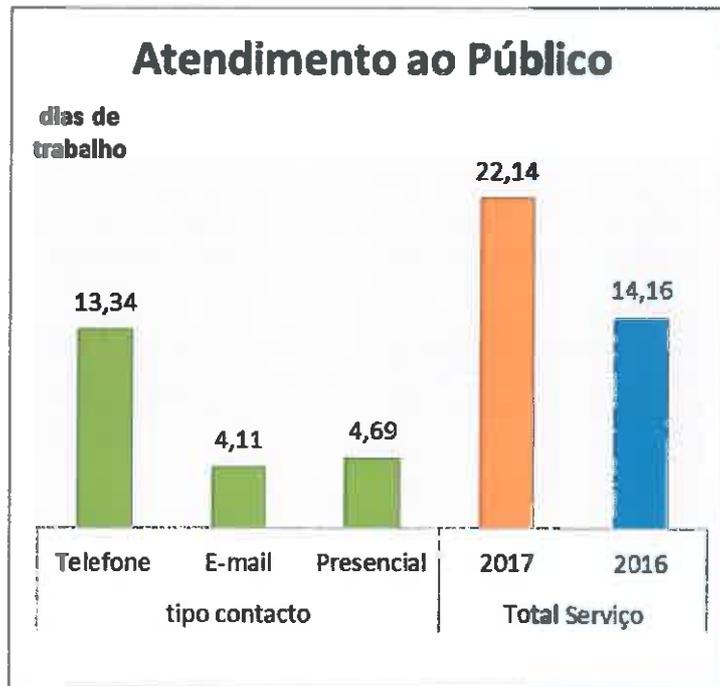


Figura n.º 6: Atendimento ao público prestado pela DSCI.

No âmbito das competências no Concelho Técnico de Espetáculos, foram igualmente atendidas as solicitações da Direção Regional da Cultura.

A Direção Regional da Energia convoca igualmente, nos termos da legislação em vigor, a participação do SRPCBA no licenciamento de estabelecimentos abrangidos pela legislação de armazenamento de combustíveis, sendo que, tanto a nível de projeto como de vistoria.

Concernente às instituições de solidariedade social, a legislação específica estabelece que o SRPCBA faz parte do processo de licenciamento, sendo a entidade licenciadora o ISSA, Instituto da Segurança Social dos Açores.



## 2.1. Consecução dos objetivos do Plano de Atividades DSCI 2017

No que respeita aos objetivos traçados no Plano de Atividades para 2017, e para além das tarefas afetas às competências atribuídas, a DSCI propôs-se contribuir com as medidas apresentadas na Tabela n.º3 para a concretização dos seguintes objetivos estabelecidos pelo Programa do XII Governo Regional dos Açores.

**Tabela n.º 3: Ações previstas no Plano de Atividades de 2017 da DSCI.**

Medida	Medida DSCI	Ações
<b>Governo dos Açores</b>		
<b>Fazer o acompanhamento e as necessárias adaptações legislativas das matérias que digam respeito ao socorro e segurança das pessoas.</b>	Avaliar os ajustes necessários para a implementação do RJSCIE nos Açores bem como as alterações introduzidas a nível nacional.	1. Nesta fase, o Despacho n.º 1177/2015 do Senhor Presidente do SRPCBA necessita de ser ajustado face à realidade regional no que respeita ao prazo estabelecido para a realização de formação no âmbito da norma transitória. 2. O RJSCIE sofreu uma primeira alteração e encontra-se na tutela ao nível nacional uma nova proposta de alteração. Assim, aquando da publicação desta, será essencial que o RJSCIE-RAA seja igualmente alterado por forma a manter a uniformização de critério e

A PROTEÇÃO CIVIL COMEÇA EM SI



*[Handwritten signatures and initials]*

<p>Continuar com o investimento/sensibilização das populações e agentes de proteção civil que em muito tem contribuído para o sucesso do modelo introduzido visando a consolidação da cultura de proteção civil da comunidade açoriana.</p>	<p>Sensibilizar os responsáveis das unidades hoteleiras das suas responsabilidades em matéria de SCIE.</p>	<p>conceitos ao nível nacional.</p> <p>3. Aquando das deslocações previstas para tarefas de rotina da DSCI pelas ilhas dos Açores, agendar inspeções extraordinárias aos estabelecimentos hoteleiros com o intuito de efetuar uma primeira sensibilização em matéria de SCIE.</p>
<p>Continuar o investimento em tecnologias de informação para garantir a operacionalidade do SRPCBA com qualidade e segurança.</p>	<p>Desenvolver e melhorar os recursos de tecnologias de informação com o intuito de desmaterializar os processos da DSCI.</p>	<p>4. Manter a área da DSCI do portal do SRPCBA atualizada e funcional na perspetiva do utilizador.</p> <p>5. Promover o envio de parecer em suporte digital com a respetiva assinatura digital.</p> <p>6. Desenvolver, com base nos recursos disponibilizados, as tecnologias de informação para otimizar e melhorar as ferramentas de trabalho da DSCI.</p>

*[Handwritten mark]*

Assim, na tabela n.º 4 se apresentam os resultados face aos objetivos traçados para o ano 2017.

**Tabela n.º 4: Consecução das ações previstas no Plano de atividades da DSCI 2017.**

Ação	Resultado
1. "Nesta fase, o Despacho n.º 1177/2015	O despacho foi alterado, tendo sido publicado o

A PROTEÇÃO CIVIL COMEÇA EM SI



*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten initials]*

do Senhor Presidente do SRPCBA necessita de ser ajustado face à realidade regional no que respeita ao prazo estabelecido para a realização de formação no âmbito da norma transitória.”

Despacho n.º 917/2017, de 9 de maio, do Senhor Presidente do SRPCBA.

*GCastro*

2. “O RJSCIE sofreu uma primeira alteração e encontra-se na tutela ao nível nacional uma nova proposta de alteração. Assim, aquando da publicação desta, será essencial que o RJSCIE-RAA seja igualmente alterado por forma a manter a uniformização de critério e conceitos ao nível nacional.”

O Decreto-lei n.º 224/2015, de 9 de outubro, introduziu a primeira alteração ao RJSCIE, publicado pelo Decreto-lei n.º 220/2008, de 11 de novembro, estando prevista uma nova alteração. Uma vez que esta todavia não foi publicada, esta ação não teve desenvolvimento ao longo de 2017.

3. “Aquando das deslocações previstas para tarefas de rotina da DSCI pelas ilhas dos Açores, agendar inspeções extraordinárias aos estabelecimentos hoteleiros com o intuito de efetuar uma primeira sensibilização em matéria de SCIE.”

Foram efetuadas 16 ações de fiscalização a estabelecimentos hoteleiros dos Açores, agendadas de acordo com a existência de documentação no SRPCBA, conforme se pode verificar no gráfico apresentado na figura n.º 7. Estas fiscalizações promoveram um incremento de hotéis com documentos das MAP's apreciados.

4. “Manter a área da DSCI do portal do SRPCBA atualizada e funcional na perspetiva do utilizador.”

A área da DSCI sofreu uma alteração por forma a que esta se apresente mais apelativa aos visitantes. No entanto, área de “upload” de processos via internet não está operacional por questões que ultrapassam a DSCI.

5. “Promover o envio de parecer em suporte digital com a respetiva assinatura digital.”

No ano 2017, promoveu-se o envio de respostas via eletrónica, sendo que, no entanto, essa via não está totalmente operacional por questões que se prendem com a assinatura eletrónica de documentação que necessita ser devolvida com o



*[Handwritten signatures and initials]*

visto do SRPCBA.

*[Handwritten signature]*

Apesar de não haver estatística do ano 2016, não sendo possível portanto comparar com o ano anterior, é possível verificar na figura n.º 8 que aproximadamente 22% das respostas da DSCI foram em suporte eletrónico.

6. “Desenvolver, com base nos recursos disponibilizados, as tecnologias de informação para otimizar e melhorar as ferramentas de trabalho da DSCI.”

No ano 2017 traçou-se uma Plataforma de Trabalho para a Georreferenciação dos edifícios com introdução das informações relativas a estes no âmbito da SCIE, tendo os trabalhos sido iniciados.



Figura n.º 7: Fiscalizações efetuadas a 16 estabelecimentos hoteleiros por Concelho.



*[Handwritten signatures and initials]*

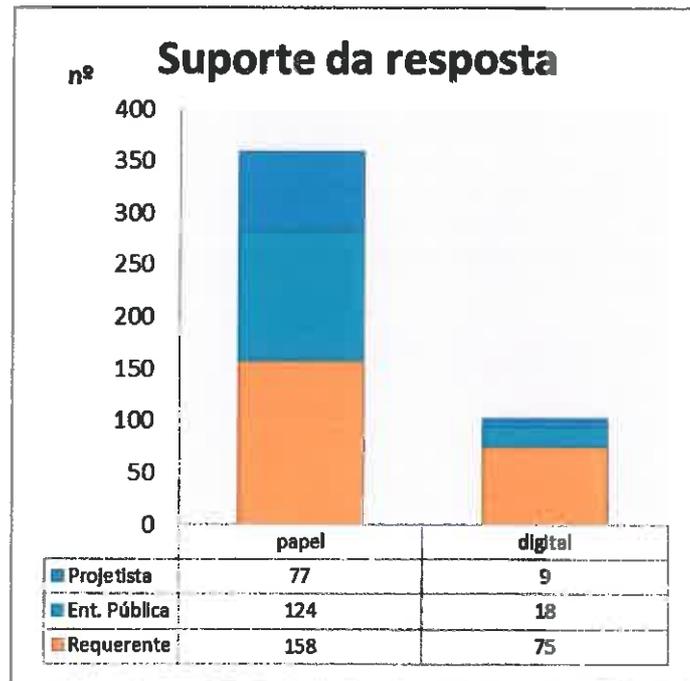


Figura n.º 8: Suporte das respostas efetuadas pela DSCI.

## 2.2. Consecução dos objetivos traçados pela SIADAPRA 2

Os objetivos traçados para a DSCI para os anos 2017 e 2018 no âmbito do SIADAPRA 2 foram:

- **Objetivo 1:** Manter a produtividade no que se refere ao prazo de emissão de pareceres dentro dos valores legalmente estabelecidos.
- **Objetivo 2:** Aumentar o número de pareceres em suporte digital para as entidades licenciadoras, designadamente, as Câmaras Municipais.
- **Objetivo 3:** Implementar um inquérito de satisfação.



*[Handwritten signatures and initials]*  
Gesta

O que se verifica é que os objetivos traçados para a DSCI no âmbito do SIADAPRA 2 coincidem em algumas vertentes nos objetivos da DSCI delineados na sequência dos objetivos traçados pelo XII Governo dos Açores para o SRPCBA.

Assim, o primeiro objetivo foi atingido uma vez que a média de emissão de parecer na DSCI foi de 5.7 dias, como acima referido, um número significativamente inferior ao legalmente estabelecidos de 20 dias.

O segundo objetivo está igualmente a ter um desenvolvimento positivo uma vez que 22% das respostas da DSCI foram em suporte digital, como supramencionado.

No que se refere ao inquérito de satisfação, este encontra-se elaborado e foi enviado a alguns clientes da DSCI, sendo que, no entanto, apenas se obtiveram 8 respostas ao mesmo, não sendo portanto um número que permita efetuar uma estatística válida.

### **2.3. Atividades desenvolvidas não previstas no plano**

Para além das atividades acima referidas, surgem ações que merecem a nossa atenção imediata, permitindo desenvolver ferramentas ou procedimentos fundamentais para a execução das tarefas em matéria de SCIE.

#### **2.3.1. Folheto relativo aos simulacros**

A DSCI é recorrentemente questionadas sobre os procedimentos de alerta a adotar aquando dos simulacros.



*[Handwritten signatures and initials in black and blue ink, including the word 'Gasto' written in blue.]*

Consequentemente, considerou-se relevante estabelecer os procedimentos e elaborar um folheto informativo com esses procedimentos, que se encontra disponível no portal do SRPCBA.

### 2.3.2. Processos de Contraordenação

Ao longo do ano 2016, verificou-se um incremento exponencial de autos de notícia por parte da Polícia de Segurança Pública e da Guarda Nacional Republicana.

Sendo que estes não se encontravam devidamente instruídos e com a indicação incorreta das infrações verificadas face ao RJSCIE-RAA, foram realizadas reuniões com estas entidades por forma a sensibilizar no sentido de agilizar o processo de contraordenação da competência deste SRPCBA, no âmbito da SCIE.

### 2.3.3. Dia Mundial da Proteção Civil

No sentido de sensibilizar para algumas vertentes da SCIE, a DSCI participou nas atividades do dia Mundial da Proteção Civil com uma ação conjunta com a DPOAR relativa aos planos de evacuação e medidas de autoproteção em caso de sismo, em que a apresentação decorre num cenário de sala de aula.

### 2.3.4. Medidas de Autoproteção do SRPCBA

No âmbito das MAP's da sede do SRPCBA, desenvolveram-se atividades no sentido de implementar corretamente os procedimentos preconizados, designadamente a atualização do documento, sensibilizações, simulacro e inspeções periódicas às instalações por parte das Delegadas de Segurança.



*[Handwritten signatures and initials]*  
G. Costa

Foi igualmente elaborado um folheto que indique os principais procedimentos a cumprir com o intuito de sensibilizar os funcionários que iniciem funções no SRPCBA.

Na sequência do simulacro que decorreu no SRPCBA, promoveu-se uma sensibilização para o manuseamento dos rádios por parte das equipas de emergência do SRPCBA.

O projeto “A Terra Treme” foi igualmente implementado no SRPCBA, com um simulacro de sismo.

#### 2.3.5. Exercício Touro 2017

A DSCI participou, na figura da chefe de divisão, numa equipa de cenário do Exercício Touro 2017.

#### 2.4. Recursos humanos

Os recursos humanos afetos à DSCI são uma Chefe de Divisão e uma Técnica Superior, uma vez que, no âmbito dos procedimentos de empreitada, o Presidente do SRPCBA solicitou a colaboração do Técnico Superior Miguel Vitorino, tendo sido devidamente enquadrada a sua atuação através de despacho interno. Saliente-se que desde o início do ano de 2015, o técnico superior não está disponível para desenvolver qualquer das tarefas afetas à DSCI.

No mês de setembro de 2017, a DSCI passou a dispor de uma Técnica Superior em regime de prestação de serviços, sendo que a sua prestação tem-se revelado



*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*  
GCastro

imprescindível para permitir a promoção de uma resposta atempada às solicitações efetuadas ao SRPCBA.

A Chefe de Divisão teve oportunidade de participar nos seguintes cursos de formação:

- “*Regime da Urbanização e Edificação*”, promovido pelo Centro de Formação da Administração Pública dos Açores;
- Na ação de formação da ANPC relativa resistência e reação ao fogo dos elementos e materiais de construção;
- “*Sistemas de Extinção por Água*”, promovido pela APSEI.

A Técnica Superior Cláudia Dinis apenas participou:

- “*Desenvolvimento pessoal e coaching*”, promovido pelo Centro de Formação da Administração Pública dos Açores;
- “*Sistemas de Extinção por Água*”, promovido pela APSEI.

A Técnica Superior em prestação de serviços participou na formação:

- “*Curso básico de Proteção Civil*” promovido pelo SRPCBA;
- “*Fiscalização em SCIE*” promovido pelo Instituto Superior de Ciências da Informação e da Administração.

As técnicas tiveram oportunidade de participar num “*flashfire*” que se realizou no Centro de Formação do SRPCBA, sendo que estas atividades permitem aferir o desenvolvimento de um incêndio, pelo que quando se realizam reuniões, sensibilizações e formações sobre a matéria, o assunto pode ser abordado com maior propriedade, pois o conhecimento prático da realidade do fogo permite debater o assunto com maior realismo.



## I. AVALIAÇÃO FINAL

Genericamente, é possível verificar a contínua evolução da DSCI com o objetivo de atingir os critérios de rigor técnico, celeridade, colaboração com as diversas entidades envolvidas e consequente transparência.

Tanto as metas traçadas na sequência dos objetivos traçados pelo XII Governo dos Açores para o SRPCBA como os estabelecidos nos termos do SIADAPRA 2 foram atingidos.

Por outro lado, foi igualmente possível desenvolver atividades paralelas aos objetivos traçados que se consideram que refletem um dos principais valores da DSCI, a sensibilização à população no que concerne à SCIE.

### Divisão de Socorro e Equipamento (DSE)

Pretende a Inspeção de Bombeiros/Divisão de Socorro e Equipamento, numa política de acompanhamento dos Corpos de Bombeiros Voluntários da Região Autónoma dos Açores, dotar os mesmos com os recursos materiais necessários ao seu bom funcionamento, garantir aos seus recursos humanos uma qualificação e profissionalismo cada vez mais aperfeiçoados, por forma a contribuir para a prestação de socorro eficaz à população, bem como assegurar a gestão administrativa.

Neste sentido, e conforme as competências atribuídas, desenvolveu-se um conjunto de ações e procedimentos que abaixo se transcrevem, no âmbito do plano de atividades previsto para o ano de 2017.



*[Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top and several smaller ones below, some with the name 'Gasto' written next to them.]*

## 1. Meios humanos e estatística:

- 1.1 - Manteve-se permanentemente atualizado o Recenseamento Nacional de Bombeiros Portugueses na RAA;
- 1.2 - Instruíram-se os processos de nomeação e exoneração dos elementos do quadro de comando dos Corpos de Bombeiros Voluntários;
- 1.3 - Instruíram-se todos os processos de homologação de licenças concedidas aos elementos do quadro de comando dos Corpos de Bombeiros Voluntários;
- 1.4 - Instruíram-se os processos de exoneração de elementos ao efetivo dos Corpos de Bombeiros.
- 1.5 - Instruíram-se os processos de avaliação e admissão de candidaturas;
- 1.6 - Procedeu-se à organização e gestão do ficheiro de candidaturas;
- 1.7 - Instruíram-se os processos de ingresso em Bombeiro de 3ª;
- 1.8 - Instruíram-se os processos de organização e gestão dos Cursos FIB;
- 1.9 - Instruíram-se os processos de homologação de concursos de promoção e respetivas promoções na carreira;
- 1.10 - Instruíram-se os processos de Contagem de Tempo dos elementos dos CB's;
- 1.11 - Procedeu-se à elaboração mensal da Ordem de Serviço e tratamento de dados respeitantes a cada Corpo de Bombeiros;
- 1.12 - Instruíram-se os processos de passagem da categoria de infantas a cadetes e posteriormente a estagiários;
- 1.13 - Instruíram-se os processos de abate de viaturas dos Corpos de Bombeiros da RAA;
- 1.14 - Procedeu-se à atualização no IFPROTEC do cadastro das viaturas dos Corpos de Bombeiros da RAA;

A PROTEÇÃO CIVIL COMEÇA EM SI



*[Handwritten signatures and initials]*  
Gastro

1.15 - Procedeu-se à recolha dos mapas anuais referentes a consumos de combustíveis e manutenções de viaturas dos CB's;

1.16 - Procedeu-se à recolha da Planificação da Instrução dos CB's;

1.17 - Procedeu-se à recolha dos Planos de Formação Anual de Cadetes;

1.18 - Emitiram-se os cartões de identificação dos bombeiros voluntários;

1.19 - Instruíram-se os processos de mobilidade de bombeiros entre CBs;

1.20 - Emitiram-se as declarações de isenção de taxas moderadoras.

## 2. Meios materiais

Face às necessidades dos Corpos de Bombeiros apuradas, e visando uma melhor resposta operacional, a DSE apoiou os processos de aquisição de equipamentos, fardamento e veículos para a Inspeção de Bombeiros e corpos de bombeiros, a saber:

2.1 - Equipamento de proteção individual para a IB e CBs;

2.2 - Material diverso para os Corpos de Bombeiros da RAA;

2.3 - Lançamento de concurso público para a aquisição de 8 ambulâncias tipo B;

2.4 - Fardamento para a IB.

## 3. Legislação

A DSE contribuiu ainda na elaboração de diversos despachos e circulares emanadas pelo SRPCBA.

## 4. Outros

Desenvolveram-se ainda outras ações, a saber:

4.1 - Garantido o funcionamento do comando operacional regional;

A PROTEÇÃO CIVIL COMEÇA EM SI



*[Handwritten signatures and initials]*

- 4.2 - Apoiada a coordenação da instrução dos corpos de bombeiros;
- 4.3 - Assegurado, diretamente ou através de acordos de cooperação com instituições de utilidade pública, a operacionalidade do sistema de transporte terrestre de doentes;
- 4.4 - Fiscalização da atividade de transporte de doentes;
- 4.5 - Realizadas duas inspeções técnicas periódicas aos CB de Nordeste e Faial.

## Direção de Serviços de Planeamento e Operações (DSPO)

### Divisão de Planeamento, Operações e Avaliação de Riscos (DPOAR)

A Divisão de Planeamento, Operações e Avaliação de Riscos tem como missão o assegurar o planeamento e as operações dos agentes de Proteção Civil, na Região Autónoma dos Açores.

A DPOAR depende, a par com a Divisão de Prevenção, Formação e Sensibilização da Direção de Serviços de Planeamento e Operações, e integra a Estação Açor.

As competências da DPOAR são enumeradas no artigo 20º, do Decreto Regulamentar Regional nº 24/2003/A, de 7 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar Regional nº 11/2007/A, de 23 de Abril de 2007. A Estação Açor rege-se também pelo Manual Operacional da Estação Açor, assim como pelo Regulamento Interno da Estação Açor.

Em termos de recursos humanos a DPOAR integra três técnicos superiores, catorze assistentes técnicos, operadores de comunicações e três assistentes operacionais, todos afetos ao quadro de Ilha, da Ilha Terceira.

As DPOAR têm, no âmbito das suas competências, atividades planeadas para as áreas de planeamento, operações e avaliação de riscos.

A PROTEÇÃO CIVIL COMEÇA EM SI



*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

## 1 – ATIVIDADES A DESENVOLVER

### Área de Planeamento:

- Acompanhamento e emissão de parecer na reformulação dos Planos Municipais de Emergência da Região Autónoma dos Açores;
- Desenvolvimento do Plano Regional de Emergência e Proteção Civil dos Açores;
- Apoio à realização de exercícios de proteção civil internos e externos em colaboração com demais agentes de proteção civil;
- Formação e sensibilização aos Serviços Municipais de Proteção Civil e demais Agentes de Proteção Civil;
- Desenvolvimento de Planos conjuntos para a melhoria do Planeamento Operacional.

### Área de Operações

#### a) Rede Integrada de Telecomunicações de Emergência da Região Autónoma dos Açores:

- Gestão da rede de radiocomunicações do SRPCBA existente e dos contratos relacionados;
- Testes aos equipamentos rádio instalados na RAA;
- Formação e sensibilização aos diferentes utilizadores do RITERAA para a sua otimização;
- Desenvolvimento de documentos de apoio, para gestão e operacionalização do RITERAA.
- Desenvolvimento de proposta para aquisição de equipamentos e sobresselentes para os terminais RITERAA.

#### b) Outros equipamentos de Comunicações:

- Testes aos equipamentos Satélite instalados na RAA;
- Testes aos equipamentos TETRA;
- Promoção da importância do Radioamadorismo de emergência na sua utilização e divulgação na RAA.

A PROTEÇÃO CIVIL COMEÇA EM SI



*[Handwritten signatures and initials]*

**c) Equipamento Logístico e de Emergência do SRPCBA**

- Acompanhamento do equipamento logístico e de emergência, nomeadamente através de testes efetuados mensalmente;
- Proposta de reorganização dos equipamentos de emergência;
- Análise da adequação à capacidade de resposta, numa situação de acidente grave ou catástrofe.

**d) Centro de Operações de Emergência do SRPCBA**

- Acompanhamento do trabalho desenvolvido na SAGE;
- Preparação e atualização de todo o material e informação necessário ao bom funcionamento do centro de operações de emergência em geral, e no Centro de Operações de Emergência em particular;
- Elaboração de documentos de apoio à decisão em situações de exceção.

**e) Contactos de Emergência**

- Atualização permanente de todos os contactos existentes nas listas do SRPCBA;
- Verificação dos contactos associados ao sistema de notificações automáticas do SRPCBA;
- Desenvolvimento de plataforma única de contactos de emergência.

**Área de Avaliação de Riscos**

- Ao nível da avaliação de riscos a DPOAR pretende manter a estreita colaboração com a Universidade dos Açores no âmbito da assessoria que nos é prestada nos termos do protocolo em vigor.
- Desenvolvimento de parcerias com entidades governamentais e privadas, na partilha de conhecimentos, nomeadamente em análises e planos de risco externos;
- Participação em grupos de trabalho\comissões\projetos no âmbito dos riscos.



## Área de Gestão do Parque Viaturas

- Acompanhamento e verificação diária de todas as viaturas do parque automóvel do SRPCBA e viaturas SIV, bem como, a respetiva organização de manutenções e inspeções legais;
- Acompanhamento mensal de gastos de manutenção e consumos das viaturas do parque automóvel do SRPCBA.

Gestor

## Seminários e formação

- Promoção de formação aos colaboradores desta divisão, dentro das suas áreas de atuação;
- Promoção de seminários\workshop\encontros sobre assuntos da atualidade no âmbito da proteção civil.



*[Handwritten signatures and initials]*

## DIVISÃO DE PREVENÇÃO, FORMAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO - DPFS

Na Região Autónoma dos Açores, o Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores – SRPCBA é a entidade responsável pela formação na área da emergência, do hospitalar que assegura o serviço regional de transporte terrestre de doentes, para além de ser entidade acreditada na área de formação a ministrar aos bombeiros das diversas corporações da região. De acordo com o Decreto Regulamentar Regional n.º 11/2007/A, no seu artigo 4º: “O SRPCBA assegura o desempenho das atribuições e competências cometidas à administração regional dos Açores no âmbito da proteção civil, dos bombeiros e do transporte terrestre de doentes”.

O Serviço Regional de Proteção civil e Bombeiros dos Açores foi acreditado, inicialmente, como entidade formadora, a 8 de Setembro de 1998, nos seguintes domínios de intervenção: Conceção, Organização e Desenvolvimento/ Execução, tendo sido renovada a acreditação, nos seguintes domínios: Conceção de intervenções, programas, instrumentos e suportes formativos; Organização e Promoção de Intervenções ou Atividades Formativas e Desenvolvimento/execução de Intervenções ou Atividades Formativas.

A gestão e cumprimento das funções são assegurados pela equipa de trabalho da DPFS e pela Bolsa de Formadores.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Secretaria Regional da Saúde

SERVIÇO REGIONAL DE PROTEÇÃO CIVIL E BOMBEIROS DOS AÇORES

## 2 - FORMAÇÃO

A seleção das áreas temáticas de formação encontra-se definida na Lei Orgânica deste SRPCBA, publicitada no Decreto Regulamentar Regional n.º 11/2007/A, sendo este serviço a única entidade responsável por estas áreas de formação na Região Autónoma dos Açores.

O Plano de Formação 2018 é elaborado com base num prévio diagnóstico das necessidades de formação dos diferentes intervenientes.

Para a elaboração do Plano de Formação 2018 adota-se uma estratégia semelhante à de anos anteriores, sendo que são:

- Apreciadas as necessidades formativas enviadas pelos Comandantes dos Corpos de Bombeiros;
- Auscultados os formadores do SRPCBA;
- Apreciadas as necessidades formativas das Unidades de Saúde;
- Apreciados os pedidos de diferentes entidades, deixando uma oportunidade, em aberto, para outros pedidos que pontualmente nos possam ser dirigidos.

O Plano de Formação é um documento flexível pelo que podem ocorrer os ajustes necessários à sua operacionalização, por motivos diversos como a disponibilidade orçamental e a disponibilidade dos formadores e dos equipamentos.

### 2.1 Formação de Bombeiros

CURSOS	AÇÕES	T. FORMANDOS
<b>Tripulantes de Ambulância de Transporte (TAT)</b>	8	99
<b>Recertificação Tripulantes de Ambulância de Transporte (RTAT)</b>	2	12
<b>Tripulantes de Ambulância de Socorros (TAS)</b>	2	36
<b>Recertificação de Tripulantes de Ambulância de Socorro (RTAS)</b>	1	4

Vale de Linhares – São Bento

TEL: (+351) 295 401 400

[www.prociiv.azores.gov.pt](http://www.prociiv.azores.gov.pt)

9701-854 Angra do Heroísmo

FAX: (+351) 295 401 451

[srpcba@azores.gov.pt](mailto:srpcba@azores.gov.pt)



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Secretaria Regional da Saúde

SERVIÇO REGIONAL DE PROTEÇÃO CIVIL E BOMBEIROS DOS AÇORES

*[Handwritten signatures and initials]*  
GCastro

Suporte Básico de Vida com DAE	38	387
Salvamento e Desencarceramento (SD)	10	118
Recertificação de Salvamento e Desencarceramento (RSD)	28	323
Recertificação de Salvamento em Grande Ângulo (RSGA)	5	53
Regime Disciplinar e Regulamento Disciplinar dos Corpos de Bombeiros	2	24
Formadores de SBV-D para a Comunidade Educativa	6	39
<b>TOTAL</b>	<b>102</b>	<b>1095</b>

## 2.2 Formação SIV

CURSOS	AÇÕES	T. FORMANDOS
Suporte Avançado de Vida Cardiovascular (SAVC)	6	60
Curso Avançado de Trauma (CAT)	4	48
Suporte Imediato de Vida (SIV)	2	24
<b>TOTAL</b>	<b>12</b>	<b>132</b>

## 2.3 Formação Cursos Públicos

Curso de Planeamento e Gestão de Emergência de Proteção Civil – Nível I, destinado a Presidentes de Câmaras Municipais, Vereadores, dirigentes e operacionais com responsabilidades em matéria de proteção civil, agentes de proteção civil e entidades com especial dever de colaboração na área da Proteção Civil.

CURSOS	AÇÕES	T. FORMANDOS
Planeamento e Gestão de Emergência – Nível I	7	140
<b>TOTAL</b>	<b>7</b>	

## 2.4 Formação Interna do SRPCBA

CURSOS	AÇÕES	T. FORMANDOS
Proteção Civil	6	74
Meios de Primeira Intervenção	6	75
Suporte Básico de Vida com DAE	6	75
<b>TOTAL</b>	<b>18</b>	<b>224</b>



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Secretaria Regional da Saúde

SERVIÇO REGIONAL DE PROTEÇÃO CIVIL E BOMBEIROS DOS AÇORES

### **3 - SENSIBILIZAÇÃO**

Compete à DPFS conceber e implementar projetos de sensibilização que promovam e difundam uma cultura de segurança, sendo da sua responsabilidade a operacionalização de estratégias que melhor divulguem as medidas de autoproteção por todas as faixas etárias da população da RAA.

Nesse sentido, A gestão e cumprimento das funções é assegurada pela equipa de trabalho da DPFS e pela Bolsa de Monitores de Sensibilização do SRPCBA.

#### **3.1 Clubes de Proteção Civil**

O projeto Clubes de Proteção Civil, insere-se no programa de sensibilização pública do SRPCBA. No decorrer do ano letivo 2017/2018, das 38 Unidades Orgânicas contempladas pelo projeto, uma não apresentou o Plano Anual de Atividades a este SRPCBA, pelo que apenas se irão dinamizar atividades nas 37 Unidades Orgânicas com clubes ativos. De seguida apresentam-se as atividades a dinamizar no âmbito do referido projeto.

Tipologia de Ações	Número de AÇÕES
Palestra sobre o 112 e o Centro de Operações de Emergência	28
Palestra de Primeiros Socorros	22
Palestra de Riscos Naturais e Medidas de Autoproteção	17
Mass Training em Suporte Básico de Vida	30
Curso de Meios de Primeira Intervenção	3
Curso Básico de Proteção Civil	6
Visita de Estudo a Corpos de Bombeiros	7
Visita de Estudo ao SRPCBA	6
<b>TOTAL</b>	<b>121</b>

#### **3.2 Mass Training em Suporte Básico de Vida**

Vale de Linhares – São Bento

TEL: (+351) 295 401 400

[www.proxiv.azores.gov.pt](http://www.proxiv.azores.gov.pt)

9701-854 Angra do Heroísmo

FAX: (+351) 295 401 451

[srpcba@azores.gov.pt](mailto:srpcba@azores.gov.pt)



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Secretaria Regional da Saúde

SERVIÇO REGIONAL DE PROTEÇÃO CIVIL E BOMBEIROS DOS AÇORES

Uma ação de elevada componente prática que tem como objetivo, através do treino em massa, ensinar como atuar em caso de uma paragem cardiorrespiratória, sendo este tipo de treino recomendado a todos os cidadãos, e não só aos profissionais de saúde.

No ano 2018, o SRPCBA, além dos 30 Mass Trainings integrados no âmbito do projeto Clubes de Proteção Civil, pretende dinamizar um Mass Training Regional, sendo que o mesmo irá decorrer em simultâneo em diversas ilhas da RAA. A par desta iniciativa pretende-se dinamizar um Mass Training por concelho, sendo que, já ficam contemplados os concelhos que integrarem o Mass Training Regional.

### 3.3 Dia Mundial da Proteção Civil

Este dia que tem como objetivo lembrar que a Proteção Civil somos todos nós, é sempre assinalado pelo SRPCBA, sendo criadas atividades em parceria com todos os agentes de Proteção Civil no sentido de promover uma cidadania ativa e difundir uma cultura de segurança.

No ano de 2018, o SRPCBA em parceria com a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, pretende assinalar o Dia Mundial da Proteção civil, com atividades no Porto das Pipas, destinadas a diversas Escolas e Creches da Ilha Terceira.

### 3.4 Dia da Defesa Nacional

Este projeto, em parceria com o Ministério da Administração Interna, materializa-se num evento que procura sensibilizar os jovens para a necessidade e importância da Defesa Nacional, promovendo-lhes uma consciencialização de que “a defesa nacional é um dever de todos nós”. Neste sentido, o SRPCBA associa-se a estas comemorações através da realização de palestras nas 9 ilhas dos Açores, difundindo as Medidas de Autoproteção em caso de Acidente Grave ou Catástrofe, prevendo-se para o presente ano a participação de 3410 jovens.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Secretaria Regional da Saúde

SERVIÇO REGIONAL DE PROTEÇÃO CIVIL E BOMBEIROS DOS AÇORES

ILHA	DATA
São Miguel	20 de junho a 09 de julho
Terceira	12 a 18 de julho
Santa Maria	05 e 06 de julho
Graciosa	09 de julho
São Jorge	10 a 12 de julho
Pico	13 a 18 de julho
Faial	19 a 24 de julho
Flores e Corvo	25 e 26 de julho

### 3.5 Feiras da Saúde

Este projeto, em parceria com a Equipa de Saúde Escolar da Unidade de Saúde da Ilha Terceira pretende promover junto das crianças a consciencialização de hábitos saudáveis e medidas preventivas. Neste âmbito a participação do SRPCBA é composta por bancas práticas de Suporte Básico de Vida e pelo jogo do Kit de Emergência que difunde as Medidas de Autoproteção em caso de Acidente Grave ou Catástrofe.

#### Feiras da Saúde

**Escola Profissional INETES**

**Escola Profissional da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo**

**Escola Básica e Secundária Tomás de Borba**

**Escola Básica e Integrada Francisco Ferreira Drummond**

### 3.6 A Proteção Civil e o Poder Local

Estas ações têm como o objetivo dotar os participantes com conhecimentos sobre o sistema de proteção civil, com enfoque no nível local; competências e atribuições dos Serviços Municipais e Unidades Locais de Proteção Civil, articulação entre os diferentes níveis do sistema de PC e planeamento de emergência e destinam-se Presidentes de Câmara, Vereadores, responsáveis dos Serviços Municipais de Proteção Civil, membros dos órgãos executivos das Junta de Freguesia.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Secretaria Regional da Saúde

SERVIÇO REGIONAL DE PROTEÇÃO CIVIL E BOMBEIROS DOS AÇORES

Local	DATA
Angra do Heroísmo	12 De março
Graciosa	15 De março
Praia da Vitória	12 De abril
Faial	7 De junho
Flores	13 De setembro
Nordeste	25 De outubro
Ponta Delgada	15 De novembro
Povoação	13 De dezembro

### 3.7 Comemoração de Efemérides

Com o intuito de assinalar datas comemorativas, o SRPCBA pretende assinalar a comemoração de efemérides através de diversas ações de sensibilização, mediante as referidas temáticas.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Secretaria Regional da Saúde

SERVIÇO REGIONAL DE PROTEÇÃO CIVIL E BOMBEIROS DOS AÇORES

Comemoração de Efemérides	Data	Atividade
<b>Dia Europeu do 112</b>	Mês de fevereiro	Palestras a decorrer em várias escolas da RAA
<b>Dia Mundial da Saúde</b>	07 Abril	Nota Informativa – Promoção/Divulgação da Linha Saúde Açores
<b>Dia Mundial do Escutismo</b>	23 Abril	Mass Training em SBV para escuteiros
<b>Dia Internacional do Bombeiro</b>	04 Maio	
<b>Dia Mundial das Telecomunicações</b>	17 Maio	
<b>Dia Mundial da Criança</b>	01 Junho	Participação do SRPCBA nas Comemorações promovidas pelas CM RAA
<b>Dia Mundial do Ambiente</b>	05 Junho	Nota Informativa – importância da salvaguarda ambiental como prevenção de catástrofes
<b>Dia Mundial das Redes Sociais</b>	30 Junho	Nota Informativa
<b>Dia Mundial do Coração</b>	29 Setembro	Mass Training Regional
<b>Dia Internacional do Idoso</b>	01 Outubro	Reedição do projeto “Aprender a Socorrer”
<b>Dia internacional das Alterações Climáticas</b>	24 Outubro	Nota Informativa
<b>Dia Internacional do Voluntariado</b>	05 Dezembro	Nota Informativa

#### 4 – DISPOSIÇÕES FINAIS

Este plano de atividades será revisto, quando as circunstâncias o exigirem ou a experiência o aconselhar.

Todas as atividades a desenvolver serão coordenadas e orientadas pelo Diretor de Serviços de Planeamento e Operações ou pela Presidência do SRPCBA.

O presente Plano de Atividades, no que diz respeito à formação, pretende ir ao encontro das necessidades formativas dos CBS e das Unidades de Saúde, no que se refere aos elementos SIV, não descurando a formação pública, que é agendada de acordo com os pedidos das entidades.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Secretaria Regional da Saúde

SERVIÇO REGIONAL DE PROTEÇÃO CIVIL E BOMBEIROS DOS AÇORES

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*  
GCastro

Por outro lado, o SRPCBA no âmbito das suas atribuições, promove pela primeira vez, formação destinada a Presidentes de Câmaras Municipais, Vereadores, dirigentes e operacionais com responsabilidades em matéria de proteção civil, agentes de proteção civil e entidades com especial dever de colaboração na área da Proteção Civil.

Em termos de sensibilização, a DPFS dá continuidade ao Projeto Clubes de Proteção Civil, cujo tema de trabalho para o ano letivo de 2017/2018 é o 112 e o COE do SRPCBA, sendo de destacar que este ano estão calendarizados 30 Mass Trainings a realizar nas Escolas.

É de destacar ainda a realização do 1.º Mass Training Regional, que consiste na realização de 9 MT em simultâneo, nas 9 ilhas dos Açores e a Ação de Sensibilização – A Proteção Civil e o Poder Local.



### Serviço de Apoio Geral (SAG)

Implementação dos trâmites necessários ao normal funcionamento da aplicação de contabilidade GERFIP- Gestão de Recursos Financeiros partilhada;

Adequação contínua dos serviços contabilísticos e financeiros da instituição às exigências do Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP), do Tribunal de Contas e da Inspeção Administrativa Regional.

De um modo geral, e salvo nas situações mencionadas nos pontos anteriores, os objetivos previstos foram concretizados de acordo com os níveis de desempenho esperados.

### **1. Análise da execução orçamental e das demonstrações financeiras**

O presente relatório incide sobre a análise à execução orçamental e às demonstrações financeiras (balanço e demonstração dos resultados) previstas no POCP do Serviço Regional Proteção Civil e Bombeiros dos Açores (SRPCBA).

Relativamente às demonstrações financeiras, utilizou-se as técnicas de análise comparativa e de rácios, pese embora a última apresente condicionalismos decorrentes do facto do SRPCBA obter financiamento do Orçamento da RAA através de transferências correntes e de capital.

Na leitura dos comentários, em particular sobre os indicadores económicos e financeiros, deve ter-se em consideração que o SRPCBA está integrado no sector público administrativo, o que condiciona a interpretação sobre os indicadores relacionados com a solvabilidade, endividamento e equilíbrio financeiro.

Por outro lado, a análise dos indicadores de rentabilidade é enquadrada na circunstância de que os fundos próprios são constituídos pelo património inicial e pelos resultados transitados.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Secretaria Regional da Saúde  
SERVIÇO REGIONAL DE PROTEÇÃO CIVIL E BOMBEIROS DOS AÇORES

*[Handwritten signatures in blue ink]*

### 1.1. Saldos de Gerência

A conta de gerência relativa a 31 de dezembro de 2017 apresentou um valor global de 9.142.613,56€ e sintetiza-se no seguinte quadro de fluxos

*[Handwritten word "Gastos" in blue ink]*



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Secretaria Regional da Saúde  
SERVIÇO REGIONAL DE PROTEÇÃO CIVIL E BOMBEIROS DOS AÇORES

2. TABELA 1 – SALDO DE GERÊNCIA

1. Saldo da gerência anterior:	
De dotações orçamentais (ORAA e PLANO)	-232.109,15
De receitas próprias	
Na posse do serviço	242.075,42
Na posse do tesouro	0,00
De operações de tesouraria	
	<u>9.966,27</u>
2.Recebimentos na gerência:	
De dotações orçamentais (ORAA e PLANO)	6.726.456,85
De receitas próprias	1.853.077,72
Recebido do Tesouro em c/ receitas próprias	0,00
De operações de tesouraria	<u>553.112,72</u>
	<u>9.132.647,29</u>
<b>TOTAL</b>	<b>9.142.613,56</b>
<hr/>	
3. Pagamentos na gerência:	
De dotações orçamentais (ORAA e PLANO)	6.716.417,58
De receitas próprias	1.765.418,33
Entregue ao Tesouro em c/ receitas próprias	0,00
Entrega de saldos da gerência	1045,85
De operações de tesouraria	<u>553.112,72</u>
	<u>9.035.994,48</u>
4. Saldo para a gerência seguinte (1 + 2 - 3):	
De dotações orçamentais (ORAA e PLANO)	-223.115,73
De receitas próprias	
Na posse do serviço	329.734,81
Na posse do tesouro	0,00
De operações de tesouraria	<u>0,00</u>
	<u>106.619,08</u>
<b>TOTAL</b>	<b>9.142.613,56</b>

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo resultante da execução orçamental foi de 106.619,08€.



Gasto

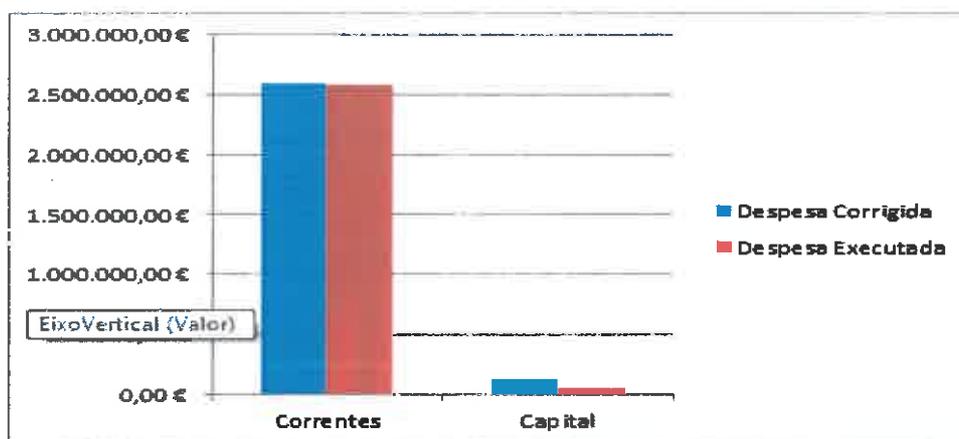
## 1.2 Execução orçamental

### Execução das despesas

Em 31 de dezembro de 2017, a despesa executada no orçamento de funcionamento 50 02 00 – Serviço Regional Proteção Civil e Bombeiros dos Açores totalizou 2.626.106,33€ enquanto a despesa orçamentada corrigida totalizou 2.724.747,00€, o que se traduziu num grau de execução orçamental de 96,38%.

As despesas correntes representaram 95,37% da despesa corrigida e as despesas de capital 4,63% (GRÁFICO 1).

GRÁFICO 1 – DESPESA ORÇAMENTADA CORRIGIDA VS EXECUTADA – 50 02 00

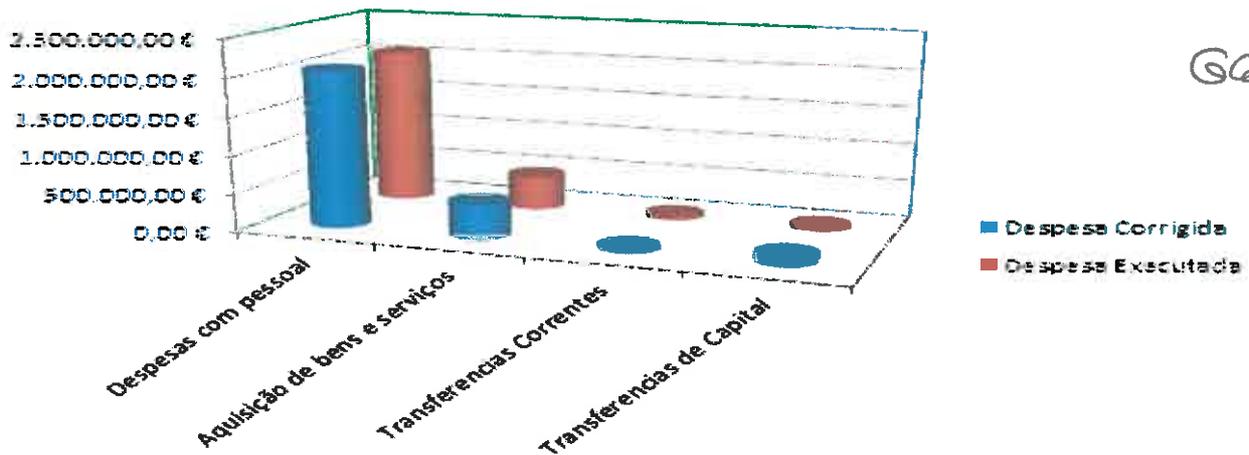


Considerando as despesas corrigidas por agrupamento, constatou-se maior preponderância das despesas com pessoal (76,12%) seguindo-se a aquisição de bens e serviços (17,33%). Os agrupamentos de Transferências correntes, Outras despesas correntes e Aquisição de bens de capital (6,55%).



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Secretaria Regional da Saúde  
SERVIÇO REGIONAL DE PROTEÇÃO CIVIL E BOMBEIROS DOS AÇORES

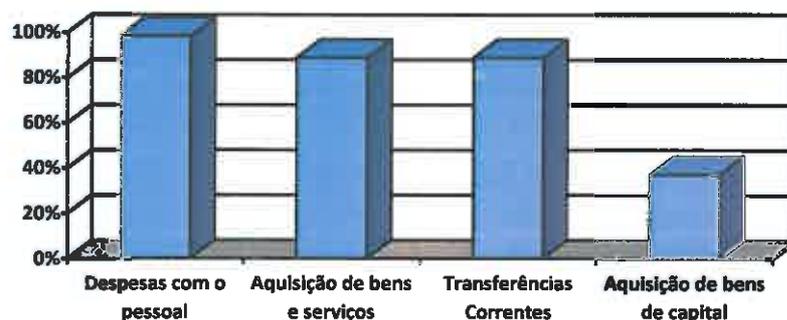
GRÁFICO 2 – DESPESA ORÇAMENTADA CORRIGIDA POR AGRUPAMENTO – 50 02 00



Gastos

Na despesa executada por agrupamento, verificaram-se graus de execução orçamental de 98,66% para as Despesas com o pessoal, de 89,13% para as Despesas com aquisição de bens e serviços, de 89,12% para as despesas com Transferências correntes e de 37,22% para as despesas com Aquisição de bens de capital (GRÁFICO 3).

GRÁFICO 3 – DESPESA EXECUTADA POR AGRUPAMENTO – 50 02 00



A despesa executada no orçamento do Plano 40 00 17 – Serviço Regional Proteção Civil e Bombeiros dos Açores totalizou 5.855.729,58€, enquanto a despesa orçamentada totalizou 7.248.162,00€, traduzindo-se num grau de execução orçamental de 80,79%.

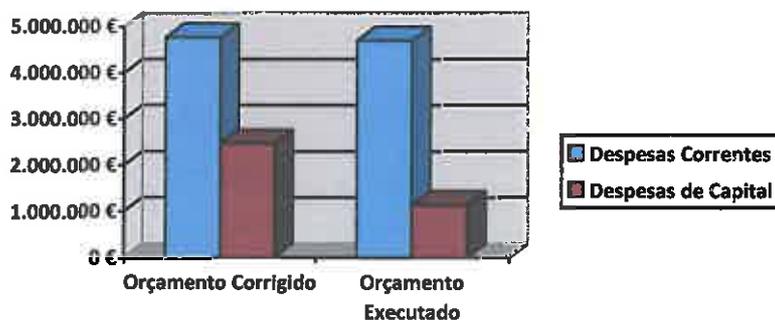
As despesas correntes representaram 65,81% da despesa corrigida e as despesas de



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Secretaria Regional da Saúde  
SERVIÇO REGIONAL DE PROTEÇÃO CIVIL E BOMBEIROS DOS AÇORES

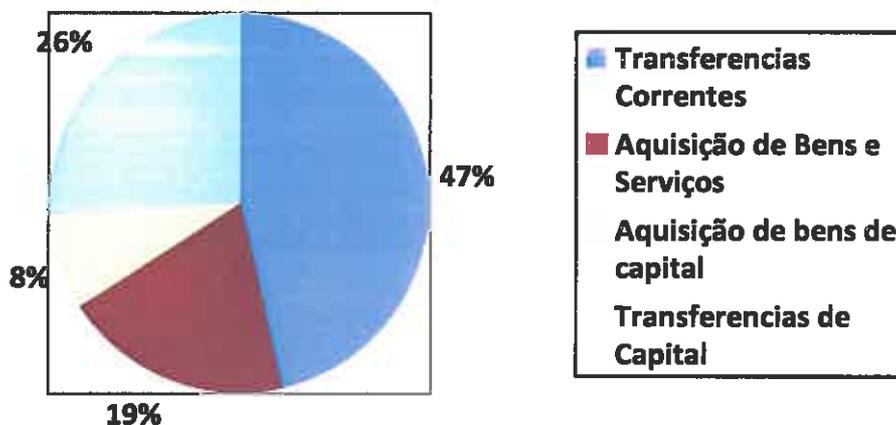
capital 34,19% sendo a execução orçamental destas despesas, respetivamente, de 80,39% e de 19,61% (GRÁFICO 4).

GRÁFICO 4 – DESPESA EXECUTADA VS DESPESA ORÇAMENTADA CORRIGIDA – PLANO



Da análise à despesa orçamentada corrigida por agrupamento, constata-se uma preponderância maior das despesas com transferências correntes (46%), com transferências de capital (26%), com aquisição de bens e serviços (19%) e aquisição de bens de capital (8%) (GRÁFICO 5).

GRÁFICO 5 – DESPESA ORÇAMENTADA CORRIGIDA POR AGRUPAMENTO – PLANO





Na despesa executada por agrupamento, verificaram-se graus de execução orçamental de 99,99% para as Transferências correntes, 95,73% para as despesas com Aquisição de bens e serviços, de 17,31% com a Aquisições de bens de capital e de 55,22% com Transferências de capital (GRÁFICO 6)

Gestor

GRÁFICO 6 – DESPESA EXECUTADA POR AGRUPAMENTO – PLANO



### Execução das receitas

A receita executada no orçamento de funcionamento 50 02 00 – Serviço Regional Proteção Civil e Bombeiros dos Açores totalizou 2.722.521,14€, enquanto a receita orçamentada corrigida totalizou 2.724.747,00€, o que se traduziu num grau de execução orçamental de 99,91%.

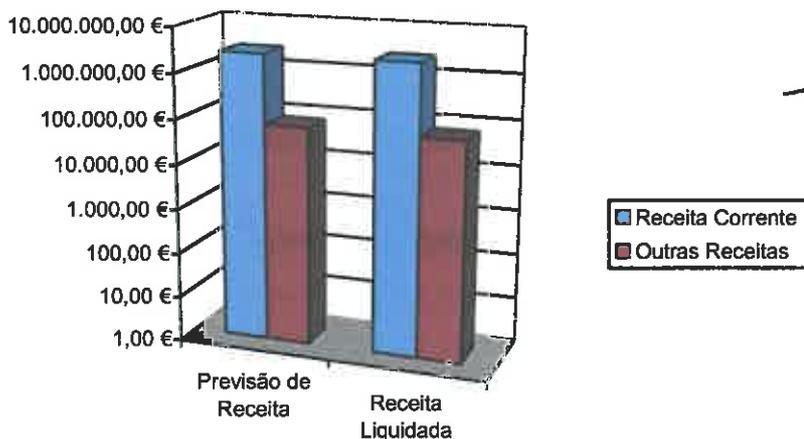
As receitas correntes representaram 97,23% da receita corrigida e as outras receitas 2,77%, sendo que a execução destas receitas representa 97,78% e 2,22% respetivamente (GRÁFICO 7).

GRÁFICO 7 – PREVISÃO RECEITA VS RECEITA LIQUIDADADA – 50 02 00



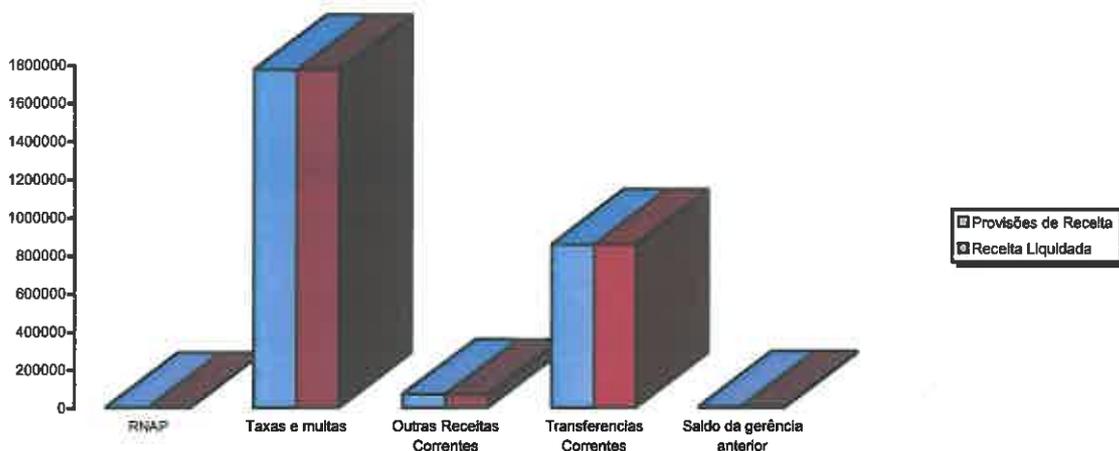
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Secretaria Regional da Saúde  
SERVIÇO REGIONAL DE PROTEÇÃO CIVIL E BOMBEIROS DOS AÇORES

*[Handwritten signatures and initials]*



No que concerne às dotações das receitas por capítulo, constata-se uma maior preponderância das receitas provenientes de Taxas, multas e outras penalidades (65,37%) e de Transferências correntes (31,58%) (GRÁFICO 8).

GRÁFICO 8 – PROVISÕES RECEITA VD RECEITA LIQUIDADADA POR CAPITULO – 50 02 00



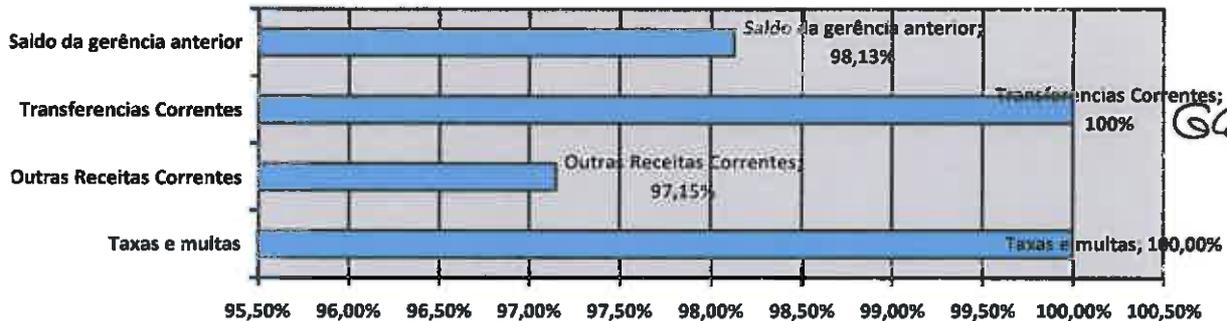
Quanto à receita executada por capítulo, verificaram-se graus de execução orçamental de 100,00% para as receitas provenientes de Taxas, multas, outras penalidades; 100,00% em Transferências correntes; 97,15% outras receitas correntes e 98,13% Saldo



*[Handwritten signatures and initials]*

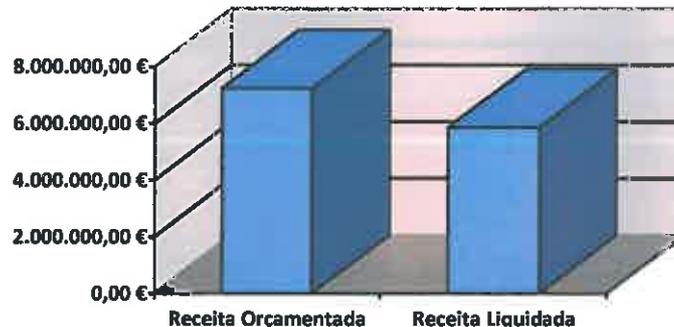
da gerência anterior.

**GRÁFICO 9 - EXECUÇÃO DAS RECEITAS POR CAPITULO – 50 02 00**



Em 31 de dezembro de 2017, a receita executada no orçamento do Plano 40 00 17 – Serviço Regional Proteção Civil e Bombeiros dos Açores totalizou 5.865.768,85€, enquanto a receita orçamentada corrigida totalizou 7.248.162,00€, o que se traduziu num grau de execução orçamental de 72,76%.

**GRÁFICO 10 – RECEITA ORÇAMENTADA VS RECEITA LIQUIDADA – PLANO**



### 1.3 Análise às demonstrações financeiras

#### Contas de balanço

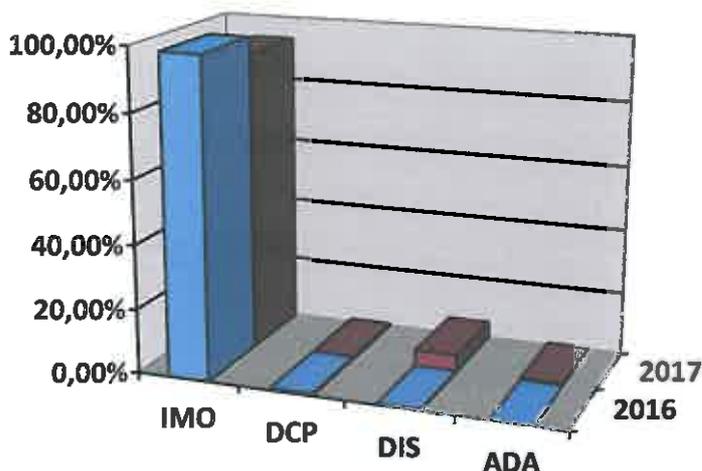
O ativo líquido, no valor 2.020.421,41 €, é composto por Imobilizado -IMO (93,14%), por Dívidas de terceiros a curto prazo – DCP (0,87%), por Disponibilidades - DIS (5,28%) e por Acréscimos e diferimentos do ativo - ADA (0,71%) (GRÁFICO 12).

**GRÁFICO 12 – COMPOSIÇÃO DO ATIVO**



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Secretaria Regional da Saúde  
SERVIÇO REGIONAL DE PROTEÇÃO CIVIL E BOMBEIROS DOS AÇORES

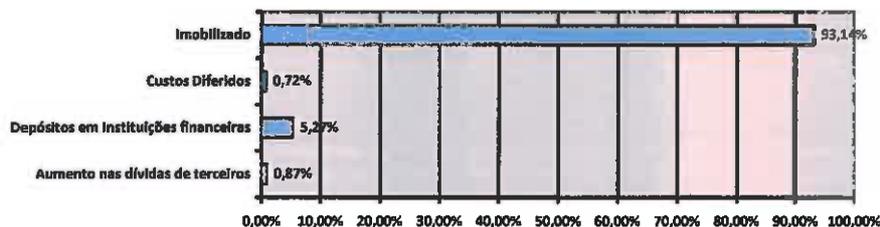
*[Handwritten signatures and initials]*



As disponibilidades são constituídas pelo saldo na conta de depósitos em instituições financeiras (106.619,09€). O imobilizado é composto pelo saldo de imobilizações corpóreas (1.881.793,20€). As dívidas de terceiros a curto prazo dizem respeito a dívidas de Clientes, conta corrente (17.611,44€). Os acréscimos e diferimentos do ativo dizem respeito a custos diferidos (14.397,69€).

Relativamente ao exercício anterior, o ativo líquido diminuiu 85.366,65€ o que se explica pelas diminuições no imobilizado líquido (198.263,75€), e pelos aumentos nas dívidas de terceiros – curto prazo (1.880,66€), conta de depósitos em instituições financeiras (96.652,81€) e os custos diferidos (14.363,63€) (GRÁFICO 13).

GRÁFICO 13 – EVOLUÇÃO DO ATIVO



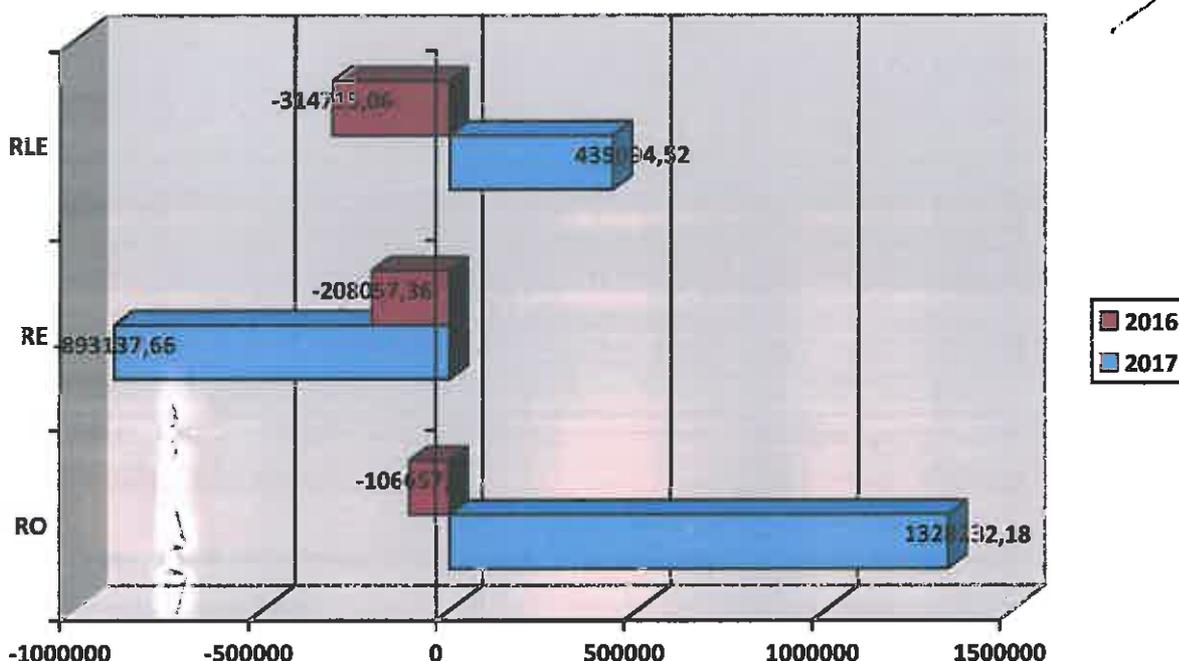


## Contas de resultados

O resultado líquido do período apresentou um saldo de 435.094,52€ tendo contribuído para este resultado o facto de se terem verificado resultados operacionais de 1.328.232,18€ e custos e perdas extraordinários de 893.137,66€ (GRÁFICO 14).

Ge

GRÁFICO 14 – EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS



O GRÁFICO 14 mostra o comportamento dos vários tipos de resultados nos exercícios de 2016 e 2017. Os resultados operacionais sofreram uma variação positiva de 1.434.889,18€, os resultados extraordinários sofreram um aumento da variação negativa de 685.079,60€ o que concluiu numa diferenciação do Resultado Líquido do Exercício de 749.809,58€.

## 2. Proposta de aplicação de resultados

O Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores obteve no exercício de 2017 um Resultado líquido de 435.094,52€ (Quatrocentos e trinta e cinco mil e noventa e quatro euros e cinquenta e dois cêntimos), para o qual se propõe a seguinte aplicação:

- Resultados Transitados: 435.094,52 €



### 3. Considerações finais

Primeiramente, um especial agradecimento aos colaboradores do Serviço, pelo empenho, competência e dedicação manifestados.

Reconhecimento também do apoio recebido dos fornecedores e instituições públicas e privadas com quem o SRPCBA se relacionou.

Angra do Heroísmo, 20 de abril de 2018

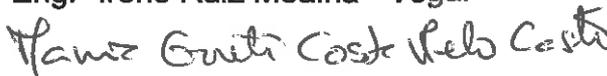
O Conselho Administrativo

  
T. Cor. Carlos Manuel Vicente Neves – Presidente SRPCBA

  
Dr. Osório Meneses da Silva – Vice-Presidente

Dr. João Luís Sanchez dos Santos – Vogal

  
Eng.ª Irene Ruiz Mealha - Vogal

  
Maria Goreti Costa Melo Castro - Vogal